

### Direitos autorais e tradução no Brasil do oitocentos

Prof. Dra. Valéria Augusti<sup>i</sup> (UFPA)

#### RESUMO:

*No Brasil, a diferenciação entre o estatuto do autor e do tradutor ocorreu em fins do século XIX, em meio às disputas pelo estabelecimento de uma legislação dedicada aos direitos autorais. Enquanto isso não ocorreu, textos traduzidos, literários ou não, eram vendidos aos editores sem que os autores recebessem remuneração por eles. Tendo isto em vista, o presente artigo pretende inserir a problemática da tradução no interior do debate acerca das práticas de contrafação correntes durante aquele século.*

**Palavras chave:** contrafação; direitos autorais; tradução; legislação; século XIX.

Em 11 de agosto de 1887 Gervásio Lobato publicava, nas páginas do periódico *O Occidente*, uma longa crônica sobre a visita do Imperador D. Pedro II a Portugal. Em tom laudatório, afirmava que na Europa ele era visto como um grande entusiasta das coisas da arte. Mas a seu ver, esse amor acabara de ser posto à prova por um escritor francês chamado Louis Ulbach que, aproveitando a passagem do Imperador pela França, tentara angariar sua adesão à União Literária de Berna. Presidente da Associação Litteraria Internacional, Ulbach tinha por objetivo estabelecer uma convenção internacional ampla, capaz de garantir a propriedade literária em todos os países.

No caso de Portugal, a associação não conseguira grandes progressos, pois a convenção literária assinada em 1866 com a França não proporcionara, segundo Lobato, nenhum ganho ao país. Analisando os resultados desse tratado, Gervásio Lobato avaliava que ele se revelara um péssimo negócio para Portugal, garantindo o direito de propriedade da França sobre suas obras, sem que houvesse a devida contrapartida, já que não interessava àquela nação transplantar para o seu idioma as obras estrangeiras. Assim, se perguntava:

Durante esses vinte e um annos decorridos desde a data da convenção o que tem a litteratura portugueza ganhado com isso? Nada, absolutamente nada: os editores franceses tem lucrado senão mundos e fundos, pelo menos um bom par de contos de réis em direito de tradução e de representação. (LOBATO, 1887. p.178)

Considerando que o acordo com a França mostrara-se um fiasco, restava a Portugal garantir seus direitos onde ele já possuía um mercado para suas obras, mas não os dividendos decorrentes de um tratado de propriedade literária. Esse país era o Brasil:

E por isso nós achamos perfeitamente justa a resposta, sempre dada, de que estamos promptos a aceitar convenção mais ampla desde o momento em que nos obtenham convenção com o Brazil, porque é perfeitamente injusto nós estarmos a fazer tratados com todos os paizes donde não nos póde vir nenhum proveito, sem termos um tratado precisamente com único paiz com que elle nos seria largamente proveitoso. (LOBATO, 1887. p. 178)

Participando o Brasil de uma convenção internacional capaz de garantir a propriedade literária sobre as obras em circulação, Portugal conseguiria evitar a prática generalizada de contrafação de que eram alvo não apenas os escritores portugueses, como também de outras nações, sobretudo da França.

Até mesmo os escritores brasileiros se queixavam da prática generalizada. Para esses últimos, a contrafação de obras estrangeiras representava perdas significativas em termos de espaço de atuação no mercado editorial brasileiro e, por consequência, perdas de natureza pecuniária. Em artigo publicado em 9 de maio de 1890, Pardal Mallet se queixava justamente de tais prejuízos, alegando que no Rio de Janeiro havia pelo menos dez diários que publicavam romances-folhetim traduzidos. Além disso, afirmava, não faltava quem se dispusesse a explorar por meio de transcrições os jornais portugueses ou a cortar poesias e contos de autor brasileiro estampando-os em jornal ou revista sem dar a menor satisfação ao autor. (LAJOLO. 2001)

Todas essas reclamações tinham razão de ser, pois no domínio jurídico da *lex*, a regulamentação das relações entre escritores e editores era garantida tão somente pelo artigo 261 do Código Criminal do Império, de 1830, que estabelecia e penalizava os crimes de contrafação nos seguintes termos:

Quem imprimir, gravar, lithographar, ou introduzir quaesquer escriptos ou estampas que tiverem sido feitos, compostos ou traduzidos por cidadãos brasileiros, enquanto estes viverem e dez annos depois de sua morte, si deixarem herdeiros: incorrerá nas penas de perda de todos os exemplares para o autor ou tradutor, os seus herdeiros, ou, na falta delles, do seu valor e outro tanto, e de multa igual ao tresdobro do valor dos exemplares. Se os escriptos ou estampas pertencerem a corporações, a prohibição de imprimir, gravar, lithographar ou introduzir durará somente por espaço de dez annos. (PINTO COELHO, 1880, p. 474)

A garantia de direitos sobre escritos ou estampas dependia da nacionalidade - brasileira - de autores e tradutores, de forma que pouco importavam, no caso da tradução, os direitos que porventura coubessem àquele que produzira o texto original. Pode-se imaginar, portanto, em que medida esse aparato legal acabava por favorecer a contrafação de obras estrangeiras no país.

Foi a insatisfação com tal aparato jurídico que conduziu a um largo debate nas instâncias legislativas do Império, de tal forma que a partir de 1856 uma série de projetos de lei tendo por objeto a propriedade literária foram apresentados à Câmara dos deputados, dentre eles um de autoria de José de Alencar.

O primeiro deles, proposto em sessão da Câmara de agosto de 1856 por Aprígio Guimarães, estabelecia, em seu artigo 1º, que aos autores brasileiros seria garantida a propriedade intelectual vitaliciamente, e por 30 annos aos seus herdeiros ou editor que os representasse na forma do § 3º desde artigo. O parágrafo 1º do referido artigo definia, por sua vez, o que dever-se-ia compreender por propriedade intelectual, qual seja, “toda a sorte de producção nas sciencias, letras e bellas – artes”, sendo a mesma [o privilégio] extensível a autores e tradutores. O parágrafo 2º do artigo em questão legislava sobre os direitos de autores estrangeiros, acerca dos quais estabelecia:

§ 2º. Aos autores estrangeiros, que imprimirem suas obras no Brazil e na língua do paiz, aproveitão os favores desta lei; bem como aos brasileiros que o fizerem em paiz estrangeiro, qualquer que seja a lingua em que escrevão. Quando estes escrevão em língua que não a nossa, não se poderá aqui fazer traducção sem sua previa licença. (GUIMARÃES, [1856] 1875. p. 171)

À primeira vista têm-se a impressão de que os autores estrangeiros teriam alguma garantia sobre suas obras em terras brasileiras. No entanto, seus direitos estavam, a bem da verdade, condicionados à escrita em língua portuguesa e à impressão no mercado editorial local que, àquela época, era restritivo em virtude de seu alto custo, levando inclusive os autores brasileiros a publicar fora do país. Assim sendo, deduz-se que tal artigo teria pouco impacto em termos de direitos aos autores estrangeiros, deixando livre o caminho para a contrafação de suas obras, amplamente

traduzidas e comercializadas no Brasil. Para piorar a situação, o artigo parece querer legislar sobre as produções nacionais feitas em países estrangeiros, garantindo aos brasileiros os direitos sobre tradução que deveriam caber justamente aos autores de outros países que tinham sua produção contrafeita por aqui. A “proteção” dos autores brasileiros em detrimento dos estrangeiros também encontra respaldo no artigo 4º da mesma lei, que estabelece as penas cabíveis em se tratando de contrafação de textos teatrais. Conforme previa o referido artigo, todo empresário de teatro ou associação de atores que representasse drama composto ou traduzido por escritor brasileiro sem sua prévia licença, pagaria a ele “uma multa igual à metade da receita do espetáculo, considerados todos os lugares como ocupados”. (GUIMARÃES, [1856] 1875. p. 171) Em suma, trava-se, pois, de proteger tradutores brasileiros e não os autores estrangeiros das obras vertidas para o português.

O projeto de lei seguinte, apresentado pelo deputado Gavião Peixoto em sessão de 21 de agosto de 1857, apresenta, em seu artigo 2º, algo muito semelhante ao que vimos no anterior. Legislando sobre a produção teatral, prevê que “Nenhuma empresa ou direcção theatral poderá levar à scena uma peça sem consentimento formal ou por escripto de seu tradutor”, sofrendo como pena o confisco de cada receita em proveito do autor. (PEIXOTO, 1857. p.48) O parágrafo 1º do mesmo artigo esclarece que “da massa bruta de cada receita verificada com um drama original em 5 actos, de autor brasileiro, ou de estrangeiro que escreva em lingua nacional e seja residente no paiz, subtrahir-se-há 10% para o autor.” (PEIXOTO, 1857. p.48) e o parágrafo 2º que “ao autor de uma imitação em 5 actos caberá apenas 6%” e ao de uma traducção também em 5 actos 4%, verificadas as porcentagens sobre o producto de cada receita.” (PEIXOTO, 1857. p. 48) É certo afirmar, portanto, que do ponto de vista do legislador cabia à lei garantir o direito à propriedade literária do autor e tradutor de nacionalidade brasileira, ou de estrangeiro residente no país que tivesse escrito obra em língua portuguesa, pouco importando o que viesse a ocorrer com a paga de direitos autorais no caso das obras que houvessem dado ensejo a traduções.

Levando-se em conta o interesse dos escritores brasileiros em reduzir a concorrência com o produto estrangeiro, garantindo, como supunham, o estímulo à produção nacional, presume-se que a entrada de um deles no palco dos debates legislativos traria significativos avanços no campo da *lex*. No entanto, o projeto de José de Alencar, apresentado à Câmara dos deputados em 07 de julho de 1875, seria pouco representativo no que tange à possibilidade de impor limites à contrafação de obras estrangeiras traduzidas para a língua pátria, uma vez que em seu artigo décimo considerava autor “o traductor de livros estrangeiros e o copista de trabalhos artísticos em relação a seu trabalho de reproducção, contanto que elle não esteja em contravenção com as disposições dos arts. 2º e 3º, e que se effectue o registro do art. 8º.” (ALENCAR, 1875. p.28) À primeira vista o projeto parece tocar no calcanhar de aquiles do mercado editorial: a contrafação de obras estrangeiras traduzidas para a língua pátria, já que artigo 2º estabelecia, justamente, que a reprodução pública da essência ou substancia<sup>1</sup> da obra litteraria e artistica, por qualquer modo ou processo, incluída a exibição ou representação, só poderia ser feita pelo autor ou por seus sucessores, ou em virtude de cessão dos mesmos, provada por escritura publica. Assim sendo, supõe-se que os tradutores poderiam gozar dos ganhos de sua atividade desde que respeitados os direitos do autor da obra. O artigo 3º a que se refere Alencar trata, por sua vez, das medidas de caráter punitivo em caso de reprodução da obra sem o consentimento do autor, nos termos do art. 2º. Conforme estabelece o projeto de lei, tal prática, definida como contrafação, constituiria crime punido com as penas de furto. (ALENCAR, 1875. p.28). Tal cenário, aparentemente positivo, se complica, no entanto, quando se trata das medidas necessárias para garantir esse direito, pois no caso dos autores, seria preciso registrar a obra publicamente, por meio do deposito de dois exemplares ou cópias na biblioteca ou museu designado pelo governo, sendo um deles archivado e o outro restituído ao proprietário com a nota da repartição competente. É fácil imaginar as dificuldades decorrentes desse procedimento a autores

---

<sup>1</sup> Para Alencar a essência ou substancia da obra consistia no título, quando fosse resultado da invenção do autor; na forma, entendida como frase e estilo; e na contextura, entendida como o plano da obra.

estrangeiros que, por certo, nem imaginavam ter suas obras impressas além mar. Em contrapartida, é mais provável que os tradutores, que também gozavam do estatuto de autor em seu projeto, tivessem sua vida facilitada quanto ao registro do produto de seu trabalho, dispensando, provavelmente, o pagamento dos direitos aos autores das obras traduzidas. Ainda que o artigo 12º de seu projeto previsse que a lei garantiria “a propriedade das obras publicadas em países estrangeiros, cujos governos assegurarem a reciprocidade para as obras publicadas no Brasil” (ALENCAR, 1875. p.28), parece incerto a respeito de que obras publicadas em países estrangeiros estaria se referindo Alencar, se a obras brasileiras, estrangeiras ou se a ambas. Tem-se a impressão de que o romancista, assim como seus antecessores, está mais preocupado com o local de edição da obra do que com a proveniência de seus autores. Se assim for, o artigo 12º estaria pretendendo oferecer garantia a autores tendo em vista o local de edição/impressão de suas obras. Assim sendo, teriam (supostamente) garantidos os seus direitos aqueles brasileiros cujas obras tivessem sido publicadas em outros países e os estrangeiros que tivessem tido suas obras publicadas no Brasil. Tendo em vista as particularidades do mercado editorial brasileiro, que até pelo menos a primeira metade do século XIX fazia imprimir as obras fora do país de modo a garantir maior qualidade de impressão e melhores preços, pode-se presumir que essa seja uma interpretação verossímil para o artigo em questão. José de Alencar aponta, assim, para um tema que seria candente nas discussões legislativas futuras, qual seja, a problemática da participação do Brasil nas convenções literárias internacionais. Nesse momento, no entanto, seu projeto passa ao largo do problema, apontando apenas para o cenário complexo que envolvia os diversos personagens implicados na produção e circulação de livros no Brasil do oitocentos.

### **Referências Bibliográficas**

- 1] LOBATO, Gervásio. Chronica Occidental In: **Occidente, revista ilustrada de Portugal e do Extrangeiro**. Lisboa: 10 anno, volume X, número 311, 11 de agosto de 1887, p. 177.
- 2] Segundo Marisa Lajolo, Mallet publicou, na *Gazeta de Notícias*, uma seis cartas dirigidas a Benjamim Constant, entre 26 de abril e 9 de maior de 1890. Sobre o conteúdo dessas cartas cf. LAJOLO, Marisa. **O preço da leitura: leis e números por detrás das letras**. São Paulo: Ática, 2001.
- 3] PINTO COELHO, J.M.Vaz. A propriedade litterária no Brazil. **Revista Brasileira**. Ano II, Tomo VI, 1880, p.474-477.
- 4] GUIMARÃES, Aprígio. **Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos srs deputados**. Quarto anno da nona legislatura. Sessão de 1856. Tomo Quarto. Rio de Janeiro. Typographia de Hypppolyto Jose Pinto & C. , 1875.
- 5] PEIXOTO, Gavião. **Annaes do Parlamento Brasileiro**. Camara dos srs. deputados. Primeiro anno da decima legislatura. Sessão de 1857. Rio de Janeiro. Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1897.
- 6] ALENCAR, José de. **Annaes do Parlamento Brasileiro**. Camara dos srs. deputados. Quarto anno da decima-quinta legislatura. Sessão de 1875. Rio de Janeiro. Tomo III. Rio de Janeiro. Typographia Constitucional de J. Villeneuve & C. , 1875.

### **i Autor**

Valéria AUGUSTI, Dra.

Universidade Federal do Pará (UFPA)

<mailto:augustivaleria@gmail.com>